
***CURPI-COMISSÃO UNITÁRIA DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS
DO CONCELHO DE CAMPO MAIOR***

***RELATÓRIO E CONTAS
2018***

CURPI – Comissão Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Campo Maior

Avenida da Liberdade
Tel.:268 687 631 * 7370 Campo Maior

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2018

1. Introdução

Nos termos da alínea b do artigo 29º do Estatuto da Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Campo Maior (CURPI-CCM) compete à Direção elaborar e submeter ao parecer do Conselho Fiscal o relatório e contas do exercício de 2018, a fim de a Assembleia Geral apreciar e votar os mesmos para cumprimento do preceituado na alínea b do artigo 27º do Estatuto.

Através das demonstrações financeiras apresentadas constata-se a boa situação patrimonial existente fruto do esforço da Direção, associados e parceiros ao longo dos anos.

O resultado do período de 2018 cifrou-se num lucro de 288,24€ resultado conseguido através de uma significativa redução de custos de modo a acompanhar a redução dos valores recebidos da Segurança Social relativos à Cantina Social.

Todas as disponibilidades financeiras existentes, que não colidam com a viabilidade da Instituição, têm sido aplicadas na melhora das condições da nossa sede tendo em vista dar cada vez mais e melhores condições aos nossos associados.

A Instituição recebeu este exercício o valor de 5.620,00€ de donativos tendo como principais doadores:

- Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda. – 4.500,00€

Proposta de transferência de resultados:

Propomos que o resultado líquido do exercício que se cifrou num lucro de 288,24€ seja transferido para Resultados Transitados.

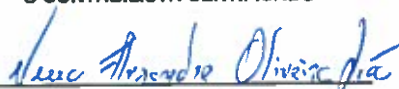
Handwritten signatures and notes in the top right corner.

CURPI
BALANÇO ESNL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(UNIDADE -EUROS)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	5	572 364,66	587 352,47
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL			
ACTIVOS INTANGÍVEIS			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	10	954,00	916,59
FUNDADORES/BENEM/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOC./MEMB			
OUTROS CRÉDITO E ATIVOS NÃO CORRENTES			
		573 318,66	588 269,06
ACTIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS	7	2 680,60	2 781,10
CRÉDITOS A RECEBER			
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS			
FUNDADORES/BENEM/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOC./MEMB			
DIFERIMENTOS	13	1 068,29	797,24
OUTROS ATIVO CORRENTES	13	11 605,23	8 826,44
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	13	18 416,53	15 206,46
		33 770,65	27 611,24
TOTAL DO ACTIVO		607 089,31	615 880,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
FUNDOS	13	300 088,18	300 088,18
EXCEDENTES TÉCNICOS			
RESERVAS			
RESULTADOS TRANSITADOS	13	-103 041,20	-87 494,97
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO			
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	9	387 273,70	398 184,89
		288,24	-15 546,23
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			
		584 608,92	595 231,87
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL			
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
PROVISÕES			
PROVISÕES ESPECÍFICAS			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	13	2 035,09	2 035,09
OUTRAS CONTAS A PAGAR			
		2 035,09	2 035,09
PASSIVO CORRENTE			
FORNECEDORES	13	1 033,81	1 259,36
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES			
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	13	2 494,41	1 975,77
FUNDADORES/BENEM/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOC./MEMB			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS			
DIFERIMENTOS			
OUTROS PASSIVOS CORRENTES	13	16 917,08	15 378,21
		20 445,30	18 613,34
TOTAL DO PASSIVO		22 480,39	20 648,43
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		607 089,31	615 880,30

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Nuno Alexandre Oliveira Leão
CC. N.º 90585

O PRESIDENTE


José Pedro Muacho Caldeirão

CURPI
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ESNL
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(UNIDADE -EUROS)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	8	45 955,00	38 190,81
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	9	122 824,71	139 616,21
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO			
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE			
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	7	-58 785,51	-71 620,21
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	13	-31 972,51	-33 369,64
GASTOS COM O PESSOAL	13	-64 467,90	-78 444,20
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIOS (PERDAS / REVERSÕES)			
IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS / REVERSÕES)			
PROVISÕES (AUMENTOS / REDUÇÕES)			
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS / REDUÇÕES)			
OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS / REVERSÕES)			
AUMENTOS / REDUÇÕES DE JUSTO VALOR			
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	13	10 911,19	12 485,43
OUTROS GASTOS E PERDAS	13	-9 122,42	-7 088,96
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		15 342,56	-230,56
GASTOS/ REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO	5	-15 025,31	-15 305,02
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		317,25	-15 535,58
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS			
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS			
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		317,25	-15 535,58
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	13	-29,01	-10,65
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		288,24	-15 546,23

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Nuno Alexandre Oliveira Leão CC 90585

O PRESIDENTE


José Pedro Mucho Caldeirão

Demonstração de Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2018

CURPI

(UNIDADE-EUROS)

		PERÍODO	PERÍODO
	NOTAS	N	N-1
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes e utentes	8	45 955,00	13 096,81
Pagamento a Fornecedores	13	-90 763,02	-105 618,60
Pagamentos ao Pessoal	13	-65 149,06	-78 709,69
FLUXO GERADO PELAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		-109 957,08	-171 231,48
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	13	18,36	-36,29
Outros recebimentos / pagamentos	13	107 566,20	161 363,59
		-2 372,52	-9 904,18
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos de			
Activos Fixos Tangíveis	5	0,00	-544,72
Activos Fixos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros	10	-37,41	-148,46
Outros Activos		0,00	0,00
Recebimentos de			
Activos Fixos Tangíveis		0,00	0,00
Activos Fixos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao Investimento			
Juros e Rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
FLUXO GERADO PELAS ACTIVIDADES INVESTIMENTO		-37,41	-693,18
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos de			
Financiamento Obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos			
Cobertura de Prejuízos			
Doações		5 620,00	
Outras operações de financiamento			
Pagamentos de			
Finananciamentos Obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
FLUXO GERADO PELAS ACTIVIDADES FINANCIAMENTO		5 620,00	0,00
VARIAÇÃO de CAIXA e EQUIVALENTES		3 210,07	-10 597,36
Efeios das diferença de câmbio			
CAIXA e EQUIVALENTES no INÍCIO do PERÍODO	13	15 206,46	25 803,82
CAIXA e EQUIVALENTES no FIM do PERÍODO	13	18 416,53	15 206,46

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Nuno Alexandre Oliveira Leão CC 90585

O PRESIDENTE

José Pedro Muacho Caldeirão

ANEXO
PERÍODO DE 2018

**Comissão Unitária dos
Reformados,
Pensionistas e Idosos do
Concelho de Campo
Maior**

C=

Luís
Silva
Dall's
Mina 1906

ANEXO 2018

1. Identificação da entidade:**1.1.Designação:** CURPI-CM**1.2.Sede:** Avenida da Liberdade

Distrito: Portalegre Concelho: Campo Maior Freguesia: São João Batista

1.3.Natureza da atividade: Outras atividades de apoio social s/alojamento, n.e.**2. Referencial contabilístico****2.1. Enquadramento**

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho (NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho (Código de Contas específico para as ESNL);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis as ESNL).

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às NCRF e NI do SNC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho alterado pelo Decret-Lei n.º 98/2015 de 2 de Julho (ii) às NIC adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e (iii) às IAS e IFRS, emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Entidade, foram considerados as seguintes bases de preparação:

- Continuidade
- Regime da periodização económica (acrécimo)
- Consistência de apresentação
- Materialidade e agregação
- Compensação
- Comparabilidade

Handwritten notes and signatures:
Bell
L. Horn
C. P. V. L.
M. C. V. L.
C. V.

2.2. Adopção pela primeira vez da NCRF-PE

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data de transição do referencial contabilístico anterior para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, tal como estabelecido pelo parágrafo 5 da NCRF-ESNL.

Nos termos desse parágrafo, os efeitos reportados à data de transição para a NCRF-ESNL (1 de Janeiro de 2012) foram registados no fundo patrimonial, mais precisamente na conta de resultados transitados, e estão descritos no quadro seguinte, no qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2011).

Reconciliação do fundo patrimonial	01-Jan-2012
Fundos patrimoniais (ref.contabi.anterior)	268.864,75 €
Outras var.dos fundos patrimoniais (Subs.Investimento)	468.312,89 €
Fundos patrimoniais NCRF-ESNL	737.177,64 €

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das DFs

3.1.1. Ativos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que permita atividades presentes e futuras para a entidade, sejam por ela controláveis, se possa mensurar com fiabilidade o seu valor e seja identificável. São amortizáveis a partir do momento em que se encontrem em uso pela aplicação do método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.1.2. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis foram mensurados inicialmente pelo seu custo, tendo sido aplicado nas mensurações subsequentes o modelo do custo. Encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas quando o activo estiver disponível para uso, pelo método da linha recta (quotas constantes), utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens e inicia-se no começo do período em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

Cada parte de um item do activo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil de cada item. As despesas com a reparação e manutenção, desde que não contribuam para o aumento da vida útil dos mesmos, são considerados como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valia.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "L. Silva" and "M. Santos".

3.1.3. Locações

A classificação das locações (financeiras ou operacionais) é feita de acordo com a substância e conteúdo dos contratos e não de acordo com a forma dos mesmos. Nas locações financeiras, o valor dos bens é registada no balanço como activo, sendo a correspondente responsabilidade registada como passivo, na rubrica de "financiamentos obtidos". Os juros incluídos nos pagamentos mínimos e a depreciação/amortização do activo são registados como gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

3.1.4. Inventário

Os inventários foram mensurados pelo método do custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior àquele, sendo usado o sistema de custeio custo específico. Foi usado o sistema de inventário intermitente. É reconhecida uma imparidade em inventários nos casos em que o valor destes itens seja inferior ao menor do custo de aquisição ou de realização.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período em que o rédito é reconhecido, sendo registados na demonstração dos resultados do período.

3.1.5. Custos dos empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal da operação, e os gastos associados são reconhecidos de imediato na demonstração dos resultados. Os gastos de financiamento (juros e outros) incorridos no período são registados como gastos na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

3.1.6. Ativos e passivos financeiros

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros não têm implícitos juros e são apresentadas no balanço pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a reflectir a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são registadas quando ocorram acontecimentos que indiquem, de forma objectiva e quantificável, que parte ou mesmo a totalidade do saldo em dívida não será recuperável (recebido). O desreconhecimento das dívidas de clientes ocorre apenas quando os direitos contratuais aos recebimentos resultantes do activo financeiro se realizam, expiram ou são transferidos para outra entidade.

Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros (fornecedores ou outros) são registadas ao custo e apresentadas no passivo corrente. O seu desreconhecimento verifica-se quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração dessas dívidas (cessação das obrigações decorrentes dos contratos).

Caixa e depósitos bancários

Os valores incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" traduzem-se nos montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários, que não tenham quaisquer restrições de movimentação, sendo reconhecidos no activo corrente.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo não corrente pelo valor nominal da operação sendo registados no passivo corrente as importâncias que se espere sejam liquidadas num período até doze meses após a data do balanço. O desreconhecimento dos empréstimos só se verifica

3.3. Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1. Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente

A natureza da alteração na política contabilística;

As receitas referentes as refeições protocoladas com o Município e o ISS passaram a ser contabilizadas na conta de rendimentos suplementares e não em serviços prestados como em anos anteriores visto esta actividade não ser a actividade do objecto social entidade.

A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;

Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Divulgações

Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto à medida que são incorridas de acordo com o regime do acréscimo.

Os métodos de depreciação usados;

O método de depreciação usado é o método da linha reta (quotas constantes) utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens e inicia-se no começo do período em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Ativos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	50	2%
Equipamento administrativo	3-8	12,5%-33,33%
Outros AFT	1-10	10%-100%

Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Ativos fixos tangíveis	Saldo em 31-12-17	Saldo em 31-12-18
Activo Bruto:		
Saldo Inicial	927.046.45€	927.591.17€
Aumentos	544.72€	
Alienações e Abates		
Outras operações		
Saldo Final	927.591.17€	927.591.17€
Depreciações:		
Saldo Inicial	324.933.68€	340.238,70€
Reforço	15.305.02€	15.025.31€
Regularizações		
Saldo Final	340.238.70€	355.264,01€
Quantia escriturada		572.364,66€

Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

	31 de dezembro de 2017					Saldo em 31-12-17
	Saldo em 01-01-17	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	
Custo:						
Terrenos e recursos nat.	9.975,96					9.975,96
Edifícios e outras const.	717.504,82					717.504,82
Equipamento básico	119.347,12					119.347,12
Equipamento transporte	18.643,96					18.643,96
Equipamento biológico						
Equipamento admin.	34.037,62					34.037,62
Outros activos fixos tang.	27.536,97	544,72				28.081,69
Investimentos em curso						
	926.047,45	544,72				927.591,17
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras const.	172.192,20	14.350,10				186.542,30
Equipamento básico	119.347,12					119.347,12
Equipamento transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento admin.	12.912,24	280,82				13.193,06
Outros activos fixos tang.	20.482,12	674,10				21.156,22
	324.933,68	15.305,02				340.238,70
	602.112,77					587.352,47

	31 de dezembro de 2018					Saldo em 31-12-18
	Saldo em 01-01-18	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	
Custo:						
Terrenos e recursos nat.	9.975,96					9.975,96
Edifícios e outras const.	717.504,82					717.504,82
Equipamento básico	119.347,12					119.347,12
Equipamento transporte	18.643,96					18.643,96
Equipamento biológico						
Equipamento admin.	34.037,62					34.037,62
Outros activos fixos tang.	28.081,69					28.081,69
Investimentos em curso						
	927.591,17					927.591,17
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras const.	186.542,30	14.350,10				200.892,40
Equipamento básico	119.347,12					119.347,12
Equipamento transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento admin.	13.193,06	65,72				13.258,78
Outros activos fixos tang.	21.156,22	609,49				21.765,71
	340.238,70	15.025,31				355.264,01
	587.352,47					572.364,66

*João
Silva
Balle
Machado
Lau*

5.2. As demonstrações financeiras devem também divulgar:

A existência e quantias de restrições de titularidade e ativos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis da associação.

6. Ativos Intangíveis

6.1. A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ativos intangíveis (Projetos de Desenvolvimento)	Saldo em 31-12-17	Saldo em 31-12-18
Activo Bruto:		
Saldo Inicial	1.500,00€	1.500,00€
Aumentos		
Alienações e Abates		
Outras operações		
Saldo Final	1.500,00€	1.500,00€
Depreciações:		
Saldo Inicial	1.500,00€	1.500,00€
Reforço		
Regularizações		
Saldo Final	1.500,00€	1.500,00€
Quantia escriturada		0,00

7. Inventários

7.1 Divulgações

Os inventários são mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. Outros custos somente são incluídos nos custos dos inventários até ao ponto em que sejam incorridos para os colocar no seu local e na sua condição atuais.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

	31 de Dezembro de 2017			31 de Dezembro de 2018		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	2 690,60 €	0,00 €	2 690,60 €	2 781,10 €	0,00 €	2 781,10 €
Regularizações	-1 624,83 €	0,00 €	-1 624,83 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Compras	73 335,54 €		73 335,54 €	58 685,01 €		58 685,01 €
Custo de vendas	71 620,21 €	0,00 €	71 620,21 €	58 785,51 €	0,00 €	58 785,51 €
Saldo final em 31 de Dezembro	2 781,10 €	0,00 €	2 781,10 €	2 680,60 €	0,00 €	2 680,60 €

8. Rédito

8.1. Divulgações

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito inclui somente os influxos brutos de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade, recebidos e a receber de sua própria conta. As quantias cobradas por conta de terceiros tais como impostos sobre vendas, impostos sobre bens e serviços e impostos sobre o valor acrescentado são excluídos do rédito.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. No caso das prestações de serviços o rédito associado com a transação foi reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, tendo sido utilizado o método da proporção entre os custos incorridos até à data e os custos totais estimados.

A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	31 de Dezembro de 2017			31 de Dezembro de 2018		
	Mercado Interno	Mercado Intracomunitário	Total	Mercado Interno	Mercado Intracomunitário	Total
Vendas	0,00 €			0,00 €		
P.Serviços/Rend.Supl.	57 795,03 €	0,00 €	57 795,03 €	45 955,00 €	0,00 €	45 955,00 €
Juros	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	
Royalties	0,00 €			0,00 €		
Dividendos	0,00 €			0,00 €		
	57 795,03 €	0,00 €	57 795,03 €	45 955,00 €	0,00 €	45 955,00 €

9. Subsídios do Governo e outros apoios

9.1. Divulgações

A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras;

Os subsídios recebidos no período foram de natureza não reembolsável e tiveram a finalidade de assegurar uma rendibilidade mínima de exploração do período sendo por isso imputado como rendimento do período.

A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado;

Foram reconhecidos no corrente exercício, um total de 117.204,71 de subsídios à exploração e 10.911,19 de subsídios ao investimento.

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Comença- o	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídio à relação das contábil- dades	PIDDAC	ISS	Construção da sede	Monetário	2005	2009	545 559,40		545 559,40
								545 559,40		545 559,40
	Subsídio à relação dos rendimen- tos	Protocolo	IGFSS	Centro de Convívio	Monetário			26 364,16		26 364,16
		Protocolo	IGFSS	Cantina Social	Monetário			66 467,63		66 467,63
		Apoio	Mun.Campo Maior	Centro de Convívio	Monetário			20 000,00		20 000,00
		Apoio	Freguesias	Centro de Convívio	Monetário			2 500,00		2 500,00
		Emprego	IEFP	Centro de Convívio	Monetário			1 872,92		1 872,92
						117 204,71		117 204,71		
Reembolsáveis										
Totais								662 764,11	0,00	662 764,11

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		Período N					Período N-1				
		Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo	
					Como rendimentos a reconhecer	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	10 911,19	387 273,70				11 688,00	398 184,89			
		0,00	10 911,19	387 273,70	0,00	0,00	0,00	11 688,00	398 184,89	0,00	0,00
	Subsídios relacionados com rendimentos	92 831,79					115 202,80				
		22 500,00					12 150,34				
		1 872,92					5 144,28				
		117 204,71	0,00	0,00	0,00	0,00	132 497,42	0,00	0,00	0,00	0,00
Reembolsáveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		117 204,71	10 911,19	387 273,70	0,00	0,00	132 497,42	11 688,00	398 184,89	0,00	0,00

Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos foram o ISS, Autarquias de Campo Maior e o IEFP.

10. Instrumentos financeiros

10.1. Divulgações

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os instrumentos financeiros presentes nas demonstrações financeiras são mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

A Entidade reconhece um investimento financeiro relativo as entregas para o Fundo de Compensação do Trabalho no valor de 454,00€ e uma participação no Capital da Coop. Solidarietà Raia Mayor no valor de 500,00€.

11. Benefícios dos empregados

11.1. Número médio de empregados durante o ano

O número médio de empregados durante o período foi de 5 (cinco).

11.2. Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro

Os órgãos diretivos são constituídos por 12 elementos.

11.3. Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos.

Não houve gastos com remunerações dos órgãos diretivos.

*Paulo Silva
Diretor
Finanças
e Contas*

12. Divulgações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, declara-se que não existem dívidas em mora ao Estado.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, a Gerência informa que não existem valores em dívida em situação de mora a Segurança Social.

13. Outras informações

13.1. Estado e outros entes públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" apresentava em 31 de dezembro de 2018 o seguinte detalhe:

Rubricas	31-12-2017		31-12-2018	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00 €	10,65 €	0,00 €	29,01 €
Pagamento por conta				
Pagamento especial por conta				
Retenções na fonte				
Imposto estimado				
Imposto a pagar		10,65 €		29,01 €
Imposto a recuperar				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	0,00 €	211,00 €	0,00 €	250,00 €
Trabalho dependente		186,00 €		175,00 €
Trabalho independente		25,00 €		75,00 €
Prediais				
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00 €	862,25 €	0,00 €	980,94 €
IVA a pagar		862,25 €		980,94 €
IVA - Reporte				
IVA - Reembolsos pedidos				
Contribuições para a segurança social		886,30 €		1 234,46 €
FCT/FGCT		5,57 €		
Total	0,00 €	1 975,77 €	0,00 €	2 494,41 €

13.2. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" tem em 31 de dezembro de 2018 o seguinte detalhe:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2017	31-12-2018
Subcontratos		
Serviços especializados	11 316,38 €	13 156,15 €
Materiais	104,25 €	1 305,10 €
Energia e fluidos	14 244,51 €	12 934,37 €
Deslocações, estadas e transportes	738,00 €	159,20 €
Serviços diversos	5 966,50 €	4 417,69 €
	32 369,64 €	31 972,51 €

13.6. Outras informações

A instituição tem neste momento cerca de 600 associados.

O PRESIDENTE


José Pedro Mucho Caldeirão

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Nuno Alexandre Oliveira Leão (CC 90585)

CURPI – Comissão Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Campo Maior

Avenida da Liberdade
Tel.:268 687 631 * 7370 Campo Maior

CONSELHO FISCAL

No dia treze de abril de dois mil e dezanove, pelas dez horas, reuniu o Conselho Fiscal da CURPI-CCM, nas instalações sociais da mesma, sitas na Avenida da Liberdade – Campo Maior para nos termos da alínea b) do artigo 38º dos Estatutos, apreciar e dar parecer sobre o Relatório e Contas do exercício do exercício de 2018.

PARECER

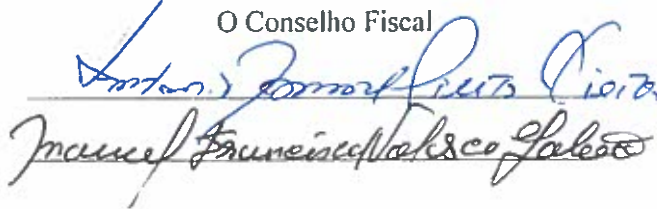
Consultados os documentos supracitados e os elementos que dão suporte aos valores contabilizados na Demonstração de Resultados e balanço, verificamos que o resultado líquido foi neste exercício positivo e se cifrou no valor de 288,24 €, resultado este conseguido através de uma significativa redução de custos de modo a acompanhar a redução dos valores recebidos pela Segurança Social relativos à cantina social.

Assim:

- O Conselho Fiscal propõe que sejam aprovados o Relatório e Contas apresentadas pela Direcção.
- Que seja aprovado um voto de louvor a todos os membros de Direcção pelo excelente trabalho desenvolvido.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e exarada a presente acta que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada por todos os membros presentes

O Conselho Fiscal



Two handwritten signatures in blue ink are visible. The first signature is 'António José Luís Costa' and the second is 'Manuel Francisco Valério Galvão'. Both signatures are written over horizontal lines.